

PÁG 2 Grupo Técnico e CCEE discutem preço horário

PÁG 4 Dificuldades na migração se agravam com a pandemia

PÁG 6 Associações buscam solução consensual para a crise

PÁG 8 MME quer identificar casos concretos de barreiras ao Mercado de Gás

PÁG 10 Efeitos da Pandemia no Setor Elétrico Mundial

PÁG 14 Reunião com Aneel para apresentação do estudo realizado pela PSR

PÁG 15 Seção especial: Lives do Setor Elétrico

PÁG 16 Em live da Abraceel, BNDES apresenta linhas de crédito durante a pandemia e para expansão do ACL

PÁG 18 Abraceel participa de live da Thymos Energia para debater a crise

PÁG 21 Abraceel discute em live da Agenda Setorial o impacto da pandemia no setor

PÁG 23 Abraceel e Aneel participam de webinar da OAB/SP

PÁG 24 Ministro de Minas e Energia afirma que se PLS 232 estivesse em vigor estaríamos em melhores condições

PÁG 25 Megawhat promove webinar para discutir as oportunidades de aperfeiçoamento do setor elétrico

PÁG 26 Curtas

PÁG 28 Agenda Semanal



Grupo Técnico e CCEE discutem preço horário

Matéria em 1 minuto:

- Comercializadores querem estabilização e garantia de reprodutibilidade do Dessem;
- o reprocessamento dos decks de 2019 já está finalizado e será disponibilizado;
- Abraceel cobra antecedência nas decisões relacionadas ao Dessem.



Tempo de leitura:
3 minutos

No dia **04.05**, o Grupo Técnico da Abraceel realizou call com a presença da CCEE, representada pela conselheira Talita Porto e o gerente executivo de preços, Rodrigo Sacchi, para discutir o andamento do preço horário. Mais de 100 associados participaram do encontro. Alexandre Lopes iniciou a reunião expondo as principais preocupações dos comercializadores, que são (i) garantir a reprodutibilidade do Dessem em máquinas com diferentes configurações e (ii) estabilização do Dessem e satélites com antecedência.

Em sua apresentação, Talita expôs que, semanalmente, o Conselho da CCEE tem acompanhado de perto as questões do preço horário e mostrou que houve uma melhora significativa na assiduidade de publicação do preço até às 18h em abril. A pesquisa da CCEE feita com os agentes indicou que muitos ainda não avaliaram os impactos da implementação e, por isso, a Câmara irá disponibilizar novo treinamento do preço horário a partir de julho.

Sobre o reprocessamento dos decks de 2019, a conselheira informou que já está finalizado, porém estão resolvendo questões operacionais para disponibilizar nos sites do ONS e CCEE ainda nesta semana. Sacchi acredita ser difícil realizar também o reprocessamento da contabilização sombra de 2019. Em relação aos Comitês Técnicos, a CCEE não conseguiu organizar com o ONS o agendamento das reuniões.

O problema de o Dessem não apresentar os mesmos resultados em máquinas com diferentes configurações foi levado à CPAMP, que decidiu envolver a IBM na questão. A alternativa de maior êxito que a IBM está trabalhando é o uso de um emulador de software, porém houve um aumento de tempo de processamento considerável.

Ante esse impasse, Talita informou que a própria equipe de tecnologia da CCEE se debruçou sobre o problema, e identificou que o ONS utiliza uma versão do conjunto de instruções AVX mais antiga, o que seria a origem das diferenças. Dessa forma, estão rodando testes com o AVX512, que parece garantir a reprodutibilidade e a manutenção do tempo de processamento. As máquinas mais recentes, desde 2016, já têm essa ins-



trução, porém aquelas que não têm, como as do ONS, precisam receber essa nova instrução ou rodar o modelo na nuvem.

A CCEE comentou sobre a evolução do PrevCarga, que já tem uma margem erro muito próxima à da Programação Diária. Porém alertou que se o erro da carga for maior que a reserva de potência, pode colocar a operação em risco. A FT pretende incorporar outras variáveis, como a sensação térmica, para refinamento da modelagem.

A Abraceel ressaltou que a antecedência nas decisões que envolvem o preço horário é primordial, por isso, além do Dessem, sugeriu que os modelos satélites poderiam também ser aprovados até **31.07**. Ademais, como se trata de um dado de entrada, a aprovação poderia ser feita com um PMO de antecedência, passando por consulta pública na Aneel. A CCEE afirmou considerar que a incerteza do PrevCarga hoje já é pequena, o que não traria grandes impactos, porém os associados da Abraceel discordam dessa avaliação.

Outra decisão chave que merece ser adotada com antecedência é definir qual “solver” será utilizado no Dessem. Apesar de já ter sido iniciada a contratação do Cplex, a conclusão é que se trata de um “solver” que tem limitações de rodadas simultâneas e com código fonte fechado, o que acaba encarecendo a contratação. A CCEE sugeriu que a Abraceel procurasse a Aneel para reforçar o pedido de antecedência na aprovação dos modelos.



Dificuldades na migração se agravam com a pandemia

Matéria em 1 minuto:

- GT discute medidas para atenuar os transtornos da migração durante a crise;
- problemas com o Bradesco são recorrentes entre as empresas;
- Abraceel se reúne com diretor Sandoval Feitosa, da Aneel, para pleitear a dispensa de adequação do SMF durante a pandemia.



Tempo de leitura:
3 minutos

O Grupo Técnico da Abraceel se reuniu no dia **06.05** para discutir as dificuldades de migração de consumidores durante a pandemia. O tema veio ao conhecimento da Associação por meio do pedido da associada Comerc à Aneel para flexibilizar (i) o SMF, (ii) o envio de documentos para adesão à CCEE e (iii) os requisitos para abertura de conta no Bradesco, em função de dificuldades encontradas com cartórios e serviços fechados e distribuidoras funcionando com capacidade reduzida.

Os associados compartilharam os problemas que estão tendo com o Bradesco, responsável pela custódia de garantias e liquidação financeira do mercado desde 2003. O relato é que a comunicação com o Bradesco é muito difícil, seja via e-mail ou telefone, e muitas vezes não há resposta. Questões simples, como transferência entre contas, débito automático e recebimento de notas de liquidação são muito trabalhosas de resolver com o Bradesco. Como agravante, o atraso do banco em resolver pendências pode iniciar procedimentos de desligamento desnecessários junto à CCEE.

Ainda, a percepção geral é que o serviço do Bradesco há muito tempo deixa a desejar e piorou durante a pandemia. Quando o problema é relatado à CCEE, a Câmara responde que não interfere nas regras e procedimentos do banco. Dessa forma, a Abraceel considera que é fundamental envolver a CCEE na resolução dessas questões e solicitará reunião com a Câmara para tratar do tema.

Atualmente, o Submódulo 1.1 do PdC estabelece que o banco deve analisar e confirmar a abertura de conta em até cinco dias úteis após a entrega dos documentos, porém os associados relataram que o prazo foi alterado para 10 dias úteis, com anuência da CCEE. Quando relatado à ouvidoria da CCEE que não estão sendo cumpridos os prazos estabelecidos em PdC, a Câmara alega as dificuldades decorrentes da pandemia. Por outro lado, alguns pediram à CCEE para apresentar documentos autenticados e com reconhecimento de firma após a retomada de funcionamento dos cartórios, o que foi negado. Então, a percepção é que as regras e prazos do PdC são flexíveis para o banco, mas não para os consumidores.

Já em relação à apresentação de certidões negativas de ônus à CCEE no processo de adesão, foi relatado um caso em que a Câmara aceitou declaração do consumidor em substituição à certidão, sujeito a início de processo de desligamento se não for apre-



sentada logo após a retomada de funcionamento do cartório, o que é um avanço. Dessa forma, a Abraceel irá enviar carta ao diretor Sandoval Feitosa, relator da matéria na Aneel, pedindo que seja esse o procedimento a ser adotado pela CCEE para todos os consumidores.

Outro problema que os associados estão enfrentando para migrar seus clientes é a não adequação do SMF pelas distribuidoras, que em alguns casos alegam estar com pessoal reduzido e por isso estão com atrasos nas vistorias em campo e desligamentos programados. Nesse aspecto, a aplicação de penalidades e multas às distribuidoras por descumprimento da adequação do SMF está suspensa, de acordo com a REN nº 878/2020. Embora compreensível, essa medida acaba por afetar o relacionamento das vendedoras com seus clientes, por questões que fogem do controle das comercializadoras. Além disso, os associados relatam que as distribuidoras têm exigências distintas entre si, o que não é novidade.

A Abraceel atuará junto à diretoria da Aneel para reforçar o pleito da associada Comerc de dispensar a adequação do SMF para os consumidores que já denunciaram seus contratos cativos, enquanto durar a calamidade pública. A proposta é de adotar a medição já existente da distribuidora, que tem recursos avançados para os consumidores da alta tensão, com o compromisso de adequação ao SMF após a normalização das atividades, o que está em linha, inclusive, com os procedimentos que passarão a valer a partir do próximo ano. O pleito será objeto de reunião com o diretor-relator do processo, Sandoval Feitosa, hoje, **08.05**, às 16h.



Associações buscam solução consensual para a crise

Matéria em 1 minuto:

- o estudo contratado da PSR será apresentado às autoridades e objeto da reunião aberta do Conselho da Abraceel do dia 13.05;
- a contratação da consultoria não implica renúncia de cada associação participante em dar continuidade aos seus contatos com as equipes de governo, da agência reguladora ou do Congresso Nacional.



Tempo de leitura:
3 minutos

Abraeel, Apine, Abiape, Abradee, Abragel e Abrace contrataram a PSR para buscar uma solução harmônica e consensual para os problemas setoriais originados com a pandemia da Covid-19. Enviamos aos associados, na quarta **(06.05)**, o documento que será apresentado às autoridades nos próximos dias e será objeto da reunião aberta do Conselho da Abraceel do dia **13.05** (os dados da reunião também foram enviados por e-mail).

O estudo foi rateado pelas associações signatárias e o trabalho se iniciou com uma entrevista individual da consultoria, conduzida pelo CEO Luiz Barroso, e a equipe técnica de cada associação participante.

Desde o início do projeto ficou estabelecido que a contratação da consultoria não implicaria renúncia de cada associação participante em dar continuidade aos seus contatos com as equipes de governo, da agência reguladora ou do Congresso Nacional. Essas premissas foram formalizadas em um documento, assinado pelas seis associações que compõem a governança do trabalho. Também ficou definido que outras associações poderão ser convidadas a fazer parte do grupo em uma etapa mais avançada. Todas as decisões tomadas só foram e serão levadas adiante mediante consenso entre as patrocinadoras do estudo.

Durante as reuniões, a Abraceel defendeu veementemente o respeito aos contratos no ACL e a negociação bilateral entre as partes, conforme o caso. Vale ressaltar que o mesmo posicionamento foi seguido pela Abrace e Apine. Devido ao entendimento, o estudo não trata das consequências da pandemia no ACL. O foco das propostas é a manutenção do fluxo de caixa do setor e as operações do ACR.

A base para a construção das propostas está baseada em três pilares:

- a) injeção de recursos no segmento de distribuição;
- b) diferimento dos pagamentos devidos pelas distribuidoras;
- c) ajustes de pagamentos na cadeia: negociação para redução/postergação do volume contratado com a geração, revisão de subsídios e encargos.

Já está agendada reunião não presencial com o Secretário de Energia Elétrica do MME, Rodrigo Limp, para apresentação do estudo. Reginaldo Medeiros, Alexandre Lopes e



Ricardo Lisboa serão os representantes da Abraceel no encontro. Nesta sexta-feira, pela manhã, foi realizada reunião com o Diretor-Geral da Aneel, André Pepitone, com o mesmo objetivo. Os detalhes estão na matéria “Reunião com Aneel para apresentação do estudo realizado pela PSR”.



MME quer identificar casos concretos de barreiras ao Mercado de Gás

Matéria em 1 minuto:

- Com as mudanças no Plano Mansueto, MME espera apresentação de novo projeto de lei que ofereça regulação por incentivos;
- a agenda do Comitê de Abertura do Mercado de Gás está mantida e MME está atento às negociações do TCC;
- pedimos aos associados que enviem casos concretos de dificuldade de negociação para que possamos levar ao MME e sugerir medidas regulatórias.



Tempo de leitura:

3 minutos

No dia **07.05**, a Abraceel realizou call com a Diretora de Gás do MME, Symone Araújo, e equipe, para discutir o andamento do Novo Mercado de Gás. Inicialmente, Bernardo Sicsú parabenizou Symone pela indicação à diretoria da ANP e relatou as preocupações da Abraceel com a retirada do Plano Mansueto da medida de “adoção de reformas e de medidas estruturantes na prestação do serviço de gás canalizado”, uma das opções que os estados poderiam adotar para receber auxílio de equilíbrio fiscal. O MME compartilha a visão da Abraceel, e considera que o plano ficou descaracterizado. Porém, estão com a expectativa da apresentação de um novo projeto de lei que ofereça essa regulação por incentivos, para os estados aderirem ao Novo Mercado de Gás.



Outra forma de incentivo será o manual de boas práticas regulatórias que está sendo desenvolvido pela ANP e em discussão no âmbito do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN). O objetivo é que o material sirva de referência para a regulação estadual e seja objeto de consulta pública no MME ou ANP. Sobre o Comitê, Symone informou que a agenda está mantida e estão atentos às negociações do TCC.



Ainda, relatou que a TBC está estudando oferecer produtos de prateleira, de curto prazo (até três meses), e pretendem fazer testes a partir de julho. Inclusive, a TBC está disposta a oferecer serviços de flexibilidade e sugeriu um contato mais próximo.

Sobre o PL do Gás, o Ministro afirmou em evento online que está trabalhando para retomar a discussão, no sentido de que o PL favorece as condições para retomada econômica pós pandemia. Questionado se há algum ponto do PL do Gás fundamental para o desenvolvimento do mercado e que não é possível avançar de forma infralegal, o MME enfatizou a questão do regime de outorgas de gasodutos.

Vários relatos de consumidores e produtores com dificuldades para acessar o mercado têm sido levados ao MME. Porém, o MME notou que não há relatos de comercializadores, justamente quem, na visão do Ministério, pode gerir risco e oferecer soluções como portfólio de oferta e condições de flexibilidade para impulsionar o novo mercado. A Abraceel explicou que o interesse pela comercialização de gás cresceu muito, a exemplo do número crescente de autorizações, mas que as negociações por vezes esbarram em questões como a garantia de suprimento, ou seja, na necessidade de definir quem será o fornecedor de última instância, ou na coordenação de diferentes elos da cadeia, como a necessidade de contratação distinta de molécula e capacidade. Sobre isso, a Abraceel informou que está em andamento a contratação do estudo sobre comercialização de gás e irá compartilhar com o MME quando finalizado.

Ao final, o MME sugeriu que os casos concretos de dificuldade de negociação fossem levados ao conhecimento do Ministério, para que possam identificar se é necessária alguma medida regulatória. A Abraceel sugere que os associados levem suas dificuldades ao MME e se coloca à disposição para auxiliar na organização dos encontros.



Efeitos da Pandemia no Setor Elétrico Mundial

Matéria em 1 minuto:

- Essenz Soluções apresentou a perspectiva regulatória do setor elétrico mundial frente à pandemia;
- apresentação está disponível no site “Biblioteca > Apresentações”.



Tempo de leitura:
6 minutos

No dia **07.05**, a pedido dos associados, foi realizada reunião do Grupo Técnico da Abraceel, por videoconferência, com o objetivo de discutir os efeitos da pandemia nos contratos do mercado livre, e permitir o compartilhamento de informações sobre o andamento das tratativas dos associados com suas contrapartes. O encontro teve 120 participantes.



Iniciando a reunião, a consultoria Essenz Soluções apresentou a perspectiva regulatória do setor elétrico mundial frente a pandemia, mostrando os impactos e as principais medidas tomadas pelos diferentes países do mundo. Para a seleção dos países, a Essenz realizou um ranking dos mais afetados pelo vírus e aqueles que possuem regulação mais desenvolvida. A seguir, as principais medidas tomadas por esses países, para solucionar a crise do setor elétrico, em razão da desaceleração econômica e redução considerável da demanda mundial de energia.

•EUA

Possui uma regulação diferente em cada estado, com isso foram selecionados dois estados:

**California**

- Uso de crédito climático para redução de contas de energia entre abril e junho;
- Acesso total ao programa de descontos de 20 a 35% nas contas de energia para os que perderam seus empregos; e
- Suspensão de desconexão.

Nevada

- Suspensão de desconexão; e
- Suporte ao pagamento para clientes como renúncia de taxas por atraso.

• Espanha

- Agentes comercializadores (regulado ou livre) não podem suspender o fornecimento de energia residencial;
- Criação de bônus social com descontos temporários de 25% na conta de energia, desde que atendam aos requisitos;
- Consumidores autônomos e empresas podem suspender temporariamente seus contratos de fornecimento ou trocar de fornecedor sem qualquer penalidade;
- Autônomos e pequenas e médias empresas podem solicitar o adiamento do pagamento das faturas de energia, devendo regularizar os pagamentos nos seis meses seguintes, período em que não podem trocar de fornecedor;
- Comercializadoras ficarão isentas do IVA e Imposto Especial sobre as faturas suspensas; e
- Comercializadoras e distribuidoras cujas receitas forem reduzidas poderão solicitar garantias do Governo pelo exato valor da receita reduzida.

• Itália

- Suspensão de corte por inadimplência para consumidores residenciais e pequenos negócios;
- Benefício social às famílias de baixa renda;
- Cliente atendido sob regime especial pode pagar a fatura parcelada e online;
- Criação de conta especial para fornecer recursos para as intervenções regulatórias em favor dos consumidores finais e outras partes interessadas;
- Adiamento da maioria dos prazos para coleta de dados e, suspensão de inspeções e sanções; e
- Possibilidade de aplicar a cláusula de força maior em relação apenas aos padrões de qualidade.

• Alemanha

- Suspensão de corte por inadimplência para consumidores residenciais e pequenos negócios;
- Possibilidade de aplicar a cláusula de força maior novamente apenas em relação aos padrões de qualidade; e
- Adiamento de leilões.

• França

- Suspensão de corte por inadimplência, porém, pode realizar limitações no fornecimento;
- Adiamento do pagamento de faturas para microempresas que estejam com dificuldade;



- Extensão do prazo de utilização dos vouchers de energia; e
- Regulador negou a possibilidade de acionamento da cláusula de força maior nos contratos de fornecimento.

• Reino Unido

- Rever pagamento de dívidas e pagamentos de contas para clientes residenciais;
- Suspensão de desconexão; e
- Recarga do cartão de pré-pagamento realizada online.

• Portugal

- Ampliação do prazo de comunicação prévia do corte do fornecimento aos consumidores de baixa tensão em função de inadimplência;
- Possibilidade de pagamento das faturas de energia de forma parcelada e sem juros;
- Ajuste dos encargos de potência, capacidade e energia para empresas com redução ou encerramento de suas atividades; e
- Parcelamento ou suspensão dos encargos de uso da rede aos comercializadores, a depender da quantidade de queda no faturamento.

Em seguida, a Essenz fez um paralelo com as medidas adotadas no Brasil:

Outlook Das Principais Medidas Direcionadas ao Setor Elétrico no Mundo em Meio à Crise do COVID-19

É UNÂNIME A NECESSIDADE DA **CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, VETANDO O CORTE NO PERÍODO DE QUARENTENA; 🇧🇷 🇺🇸 🇪🇸 🇮🇹 🇩🇪 🇫🇷 🇬🇧

VERIFICA-SE A ADOÇÃO DE MEDIDAS QUE VISAM, PRIORITAMENTE, A GARANTIA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA DOS **CONSUMIDORES DE BAIXA TENSÃO**; 🇧🇷 🇺🇸 🇪🇸 🇮🇹 🇩🇪 🇫🇷 🇬🇧

DESTACAM-SE MEDIDAS DE **PROIBIÇÃO DE CORTE, FLEXIBILIZAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA E AMPLIAÇÃO** DOS UNIVERSO DE **CONSUMIDORES APTOS A TARIFAS SOCIAIS**; 🇧🇷 🇺🇸 🇪🇸 🇮🇹 🇩🇪 🇫🇷 🇬🇧

MICROEMPRESAS TAMBÉM SÃO FOCO, COM **ALTERNATIVAS DE DIFERIMENTO** DE SUAS FATURAS DURANTE A QUARENTENA; 🇧🇷 🇺🇸 🇪🇸 🇮🇹 🇩🇪 🇫🇷 🇬🇧

TOMADA DE EMPRÉSTIMOS PARA GARANTIR A SOLVÊNCIA DO SETOR TAMBÉM É UMA DISCUSSÃO PRESENTE; 🇧🇷

EXISTE A **TENDÊNCIA DO USO DE FUNDOS SETORIAIS E DE INCENTIVO À ENERGIA LIMPA** PARA CUSTEAR MEDIDAS EMERGENCIAIS; 🇧🇷 🇺🇸 🇪🇸 🇮🇹

CANCELAMENTO, NEGOCIAÇÃO DE PREÇO OU SUSPENSÃO DOS PRAZOS DE PAGAMENTO DOS CONTRATOS. 🇧🇷 🇫🇷 🇮🇹

AINDA EXISTEM MUITAS INCERTEZAS SOBRE A DIMENSÃO DOS IMPACTOS FINANCEIROS DA CRISE.

ESSENZ
Soluções

13

Ao final de sua apresentação, a consultoria destacou que em um contexto geral, o setor elétrico mundial manteve o respeito aos contratos, com flexibilização e renegociação caso a caso, quando necessário, sem que fossem acionadas as cláusulas de caso fortuito e força maior nos contratos de fornecimento.

Em seguida, iniciou-se a discussão com os associados, para compartilhamento de experiência sobre as negociações de seus contratos que foram afetados pelas medidas de



controle da pandemia do Covid-19.

De maneira geral, apesar do susto no início da pandemia devida a intensa solicitação de acionamento de força maior pelos consumidores, para rescisão ou modificação das condições contratuais, as negociações seguem em linha com o parecer do Julião Coelho, Consultor Jurídico da Abraceel, de respeito aos contratos e renegociações caso a caso. Outra situação elencada pelos associados, diz respeito aos consumidores que foram obrigados a encerrarem suas atividades durante o período de calamidade, onde alguns tentaram rescisão ou ajustes contratuais via medida cautelar. Em geral, os casos foram indeferidos, justificados pela necessidade de respeito aos contratos consolidados bilateralmente.

Adicionalmente, os associados destacaram que o problema pode mudar diante da quantidade de renegociações ocorridas entre março e abril, à medida que a crise se prolonga. Com os preços e a demanda baixos, pode-se originar risco de crédito relacionado aos consumidores, devendo isso ser considerado nas renegociações e nas novas negociações.

Por fim, os associados elogiaram mais uma vez o Parecer jurídico da Abraceel, o qual traz orientações gerais com relação aos contratos de comercialização afetados pelas medidas de contenção da pandemia, onde muitas empresas utilizaram nas suas renegociações e obteve excelência, impedindo a judicialização.

A apresentação realizada pela Consultoria Essenz Soluções está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Apresentações exclusivas”.



Reunião com Aneel para apresentação do estudo realizado pela PSR

Matéria em 1 minuto:

- Aneel rechaçou a possibilidade de realização de duas tranches para a Conta Covid;
- Abraceel reforçou que mecanismos centralizados para redução de contratos no ACR devem ter caráter voluntário;
- O documento será discutido com os associados na próxima quarta, 13.05



Tempo de leitura:

2 minutos

Hoje, **08.05**, o grupo de associações - Abraceel, Apine, Abiape, Abradee, Abragel e Abrece - que contrataram a PSR para realização de estudo sobre soluções harmônicas e consensuais para os problemas setoriais originados com a pandemia da Covid-19, apresentaram o estudo à diretoria da Aneel.

O DG da Aneel, André Pepitone, abriu a reunião e franqueou a palavra aos demais diretores da agência, para manifestação. Na sequência, Mário Menel, da Abiape, contextualizou o estudo e endereçou o assunto a Luiz Barroso da PSR, que apresentou o relatório já disponibilizado aos associados da Abraceel, ressaltando que as ideias principais e princípios estão na Nota Técnica 01, da própria Aneel.

Após as várias perguntas feitas pela Agência para esclarecimentos do relatório, Pepitone rechaçou a possibilidade de realização de duas tranches para a Conta Covid: afirmou que será apenas uma.

Na manifestação das associações, a Abraceel reforçou que mecanismos centralizados para redução de contratos no ACR devem ter caráter voluntário, conforme recomenda o relatório da PSR, e que mecanismos compulsórios não deveriam ser adotados jamais, posição também defendida pelos demais participantes e pelos diretores da Aneel.

Os próximos passos serão:

- a) reunião segunda-feira com MME, com o mesmo propósito de apresentação e discussão do estudo;
- b) recebimento do relatório completo da PSR e distribuição aos associados também na segunda-feira;
- c) divulgação de press release pelas seis associações patrocinadoras sobre o estudo e discussão com os associados no call aberto do Conselho da Abraceel, quarta-feira, dia

13.05.



SEÇÃO ESPECIAL: LIVES DO SETOR ELÉTRICO

Durante a pandemia da Covid-19, as lives - termo em inglês pelo qual ficaram popularizadas as transmissões ao vivo - ganharam espaço na internet. E, para manter a proximidade com o associado e o compromisso com as importantes discussões do setor, a Abraceel está realizando semanalmente as suas próprias lives, evento batizado de “Live do Mercado Livre de Energia”.

Com um início de sucesso, mais de 500 espectadores no total assistiram à primeira transmissão pelo Instagram, quando Julião Coelho explicitou os efeitos da pandemia nos Contratos de Comercialização da ótica jurídica da questão. Seu parecer completo está disponível aqui no site e a live foi registrada no canal da Abraceel no YouTube.

Nas próximas transmissões, Ângela Oliveira, Diretora de Relações Institucionais da Abraceel, contou com a presença de diferentes autoridades do setor elétrico, em discussões sobre temas pertinentes para a atualidade.

Confira a lista de lives realizadas, todas disponíveis em nosso canal no Youtube:

MÉDIA DE VISUALIZAÇÕES

600	Os efeitos da pandemia nos contratos de energia Com Julião Coelho
240	Eleição ao Conselho da CCEE: Candidato Comercialização Com Marcelo Loureiro
450	Os desafios da regulação na crise atual Com André Pepitone
400	Os desafios do MME na crise atual Com Rodrigo Limp
300	Os desafios do BNDES e as linhas de financiamento durante a pandemia Com Carla Primavera

As próximas lives são sempre divulgadas pelas redes sociais, principalmente no LinkedIn e no próprio Instagram.



Em live da Abraceel, BNDES apresenta linhas de crédito durante a pandemia e para expansão do ACL

Matéria em 1 minuto:

- BNDES estuda linha de financiamento para consumidores de grande porte;
- consumidores pagarão, via encargo, parte do empréstimo;
- apresentação disponível na página inicial do site da Abraceel consolida pontos discutidos na live.



Tempo de leitura:
4 minutos

A live da semana foi com Carla Primavera, Superintendente da área de Energia do BNDES, quando discutimos as linhas de crédito do banco para o período emergencial da pandemia, o financiamento da “Conta-Covid” aplicada ao setor energético e os desafios dos projetos de energia renovável para o mercado livre.

TRANSMISSÃO AO VIVO

LIVE DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA

ABRACEEL
Associação Brasileira dos
Comerciantes de Energia

Diálogos Abraceel: Desafios do BNDES e as linhas de financiamento durante a pandemia



CARLA PRIMAVERA
Superintendente da Área de Energia | BNDES



ÂNGELA OLIVEIRA
Diretora de Relações Institucionais | Abraceel

05.05.20
TERÇA-FEIRA
17H

Instagram @abraceel

Standstill

Advogada de formação, Primavera detalhou as linhas de crédito disponibilizadas pelo banco para minimizar os impactos da crise, com destaque para o standstill, que é a possibilidade de os clientes suspenderem o pagamento de dívidas (principal + juros) com o banco durante seis meses, incorporando o valor do pagamento postergado ao saldo devedor. Disse que distribuidoras e geradoras estão aderindo ao programa, ou seja, ele é de caráter transversal, e que essa modalidade está assumindo protagonismo no setor elétrico.

Também detalhou outras iniciativas do banco, como as linhas de capital de giro e crédito para folha de pagamento, que atingem, principalmente, pequenas e médias empresas. Embora não tenha podido dar mais detalhes, Primavera disse que está em estudo uma linha de crédito para consumidores de maior porte.



Conta-Covid

Em seguida, a Superintendente abordou a “Conta-Covid”, um empréstimo que está sendo viabilizado por bancos privados e públicos, focado nas distribuidoras e que tem o objetivo de garantir a solvência do setor. O BNDES tem discutido esse empréstimo com Aneel e MME e, naquele momento, disse não ser possível afirmar o tamanho da operação, já que as distribuidoras e a Agência ainda estavam trabalhando nos números para mensurar o impacto. Quando questionada se o empréstimo poderia ser viabilizado durante a vigência da MP 950, Carla disse que o entendimento é que seria possível, posto que a MP tem força de lei durante sua vigência.

O empréstimo será pago pelos consumidores via encargo?

Parte do empréstimo será pago aos bancos via encargo, sim. Primavera comentou que se assim não fosse, todo o custo viria no próximo reajuste tarifário, o que implicaria para os consumidores um aumento considerável nas suas contas de luz. Ou seja, o empréstimo seria uma forma de “suavizar” o impacto tarifário. Afirmou não ser possível adiantar qual será esse impacto, contudo, porque isso depende do tamanho da operação, que ainda está em discussão.

Preço Suporte

Primavera detalhou a nova metodologia do banco para financiamento do mercado livre, o preço suporte, afirmando que a crise não vai impactar os projetos em análise, tampouco os que estão em andamento. O impacto da crise, acredita, será no preço de curto prazo, permanecendo as projeções para longo prazo.

Como a metodologia é muito nova, à medida que forem sendo estruturados projetos para o mercado livre, é possível melhorar as condições de financiamento e aprimorar as análises.

Quando questionada sobre financiamento para o comercializador varejista, Primavera lembrou que o banco tinha muita dificuldade para financiar projetos quando a contraparte era uma comercializadora, devido ao risco inerente à atividade. Mas considera que com a metodologia do preço suporte, essa barreira foi vencida e o risco foi transferido para o preço utilizado na metodologia.

D+1 da pandemia

Primavera entende que a reforma do setor continua em pauta, e é obrigação não abandonar essa agenda, defendendo o desenvolvimento do mercado livre. Ao final, se comprometeu a disponibilizar uma apresentação abordando questões discutidas durante a live. Essa apresentação, a propósito já está disponível no site da Abraceel, na página inicial.

Abraceel participa de live da Thymos Energia para debater a crise

Matéria em 1 minuto:

- Estudo Abraceel aponta prejuízo de R\$200mi/mês com flexibilização contratual durante pandemia;
- #SemCaronanoCorona;
- alerta ao velho setor elétrico: a nova dinâmica pós crise vai exigir redução de custos e eficiência de todos os atores.



Tempo de leitura:
5 minutos

A Abraceel esteve presente em live da Thymos Energia no dia **04.05**, na qual se tratou do tema “Mercado de energia na crise e na retomada”. Além dos anfitriões João Carlos Mello e Alexandre Viana, respectivamente presidente e sócio da consultoria, foram convidados Luiz Fernando Vianna, CEO da Delta Energia Asset Management, Rogério Catarinacho, diretor de fábrica da Unipar Carbocloro, Luiz Quilici, Diretor de Relações Institucionais da Aspacer (Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento) e CEO do Fórum Brasileiro de Gás Natural e Reginaldo Medeiros, da Abraceel.

Reginaldo foi questionado como os comercializadores estão trabalhando neste cenário de queda na demanda, no qual muitas empresas estão consumindo menos do que a demanda mínima contratada, ao mesmo tempo em que o PLD está no piso, e se houve alguma orientação aos associados sobre a busca de soluções para superar a crise.

Reginaldo disse que o mercado livre está sangrando, mas que acredita que ultrapassará a crise, embora com grande dificuldade, sem pedir boia de salvação ao governo. Enfatizou que todas as flexibilidades foram exercidas por todos os consumidores no mesmo sentido, de máxima redução dos contratos, ao mesmo tempo. Afirmou que em uma precificação conservadora, esse prejuízo - não previsto, obviamente - chega a R\$ 220 milhões/mês. Por outro lado, como sempre, as mudanças que poderiam auxiliar o consumidor na direção da racionalidade econômica não ocorreram. Um exemplo é a solução para o GSF. Para as distribuidoras e consumidores, o equacionamento da questão GSF ajudaria, pois eles não estão recebendo nem a receita referente ao consumo previsto no contrato e não exercido, ao PLD mínimo.

Não obstante, afirmou que o mercado livre segue firme na sua defesa intransigente de respeito aos contratos com os seus pilares: (a) livre arbítrio das partes na contratação de preços e quantidades e condições de resolução de conflitos definidos na convenção de comercialização da CCEE e nas cláusulas de arbitragens dos próprios contratos; (b) tentativa de força maior ampla, geral e irrestrita aventada no início da pandemia parece superada - embora alguns juízes tenham dado liminares a consumidores, a maioria dos pedidos tem sido negada e (c) há um processo de negociação de contratos nos casos em que realmente o consumidor precisa e (d) por fim, parece que nós da Abraceel conseguimos emplacar o #semCaronanoCorona e não tem sido aceito o argumento de força maior para alguém se livrar de contrato mais caro do que os preços atuais.



Lembrou ainda que estão acontecendo problemas para concluir migrações em curso. As distribuidoras alegam dificuldades operacionais para fazer a migração (barreira nova à migração), além de exigências burocráticas, do Bradesco e até mesmo da CCEE, como a necessidade de firma reconhecida, com cartórios fechados.

Perguntado sobre as perspectivas do mercado energético, Reginaldo disse acreditar que há um cenário bastante promissor para o ML: energia barata como fator essencial na forte migração. Enfatizou três pontos de atenção: (a) a MP 950 prevê que os novos migrantes levem a “matula” do boleto “Conta-Covid” na migração – lembrou que é preciso haver respeito aos processos em curso de migração; (b) somos contra consumidores livres, nova GD e autoprodução pagarem a “Conta-Covid” e (c) é preciso condicionar a solução da crise ao fim definitivo das crises permanentes de sobre/subcontratação.

Quanto aos projetos de geração nova para o mercado livre, ainda dependem dos desdobramentos da economia, de quando haverá crescimento. O mercado livre pode ser a nova dinâmica de expansão da oferta de geração no Brasil. Declarou que leilões na forma anterior para o mercado regulado “morreram”. Não há mais condições objetivas de terem continuidade, pois falta ao mercado regulado, financiamento camarada e credibilidade (quem vai querer um contrato de energia de 30 anos indexado à inflação quando ao primeiro suspiro os compradores negam a sua existência?)

Os pontos de atenção no Congresso Nacional: (a) GSF; (b) MP 950 e suas 180 emendas sendo quase todas para ampliar os benefícios aos consumidores cativos para superar a crise sem especificar de onde vem os recursos. Decreto de regulamentação: antes ou depois da aprovação da MP e (c) PLS 232 e reformas.

Finalmente, um alerta ao velho setor elétrico: a nova dinâmica pós crise vai exigir redução de custos e eficiência de todos os atores. As organizações privadas (30 associações defendendo interesses conflitantes para jogar o custo no consumidor) e públicas (ONS, CCEE e EPE com duplicidade de funções) terão que encolher: substituição no jogo do mercado elétrico brasileiro: entra consumidor sai o setor!

Quanto ao segmento do gás, Reginaldo acredita ser inevitável o atraso do novo mercado do gás. O Plano Mansueto tirou as regras do consumidor livre como contrapartida dos estados.

Com respeito à ANP, que era considerada o caminho crítico para o sucesso do Novo Mercado de Gás, em função de dúvidas que surgiram no mercado sobre a capacidade de a agência conseguir regulamentar tantas matérias em tão pouco tempo, essa deixou claro que não haverá atraso: haverá a certificação de independência dos operadores e chamada pública de contratação de capacidade coordenada, a exemplo do Gasbol no ano passado.

Acha que vai sobrar gás barato. O Mercado livre sempre cresceu com preço baixo, principalmente com Petróleo a US\$ 28 e GNL idem. A Abraceel está estudando casos de negócios para identificar as barreiras existentes. Também aproveitou para registrar a satisfação com a presença de Simone Araújo na direção de gás da ANP.



Impossibilitado de prosseguir na live, Reginaldo deu lugar a Frederico Rodrigues, Vice-Presidente da Abraceel, que falou sobre a campanha social coordenada pela Associação de apoio às vítimas da Covid-19 em conjunto com o Hospital Israelita Albert Einstein, na qual já foram entregues cerca de 17 novos leitos de UTI equipados para a rede de saúde pública municipal da cidade de São Paulo - Hospital Municipal Santa Catarina. Ao final da pandemia, todos os leitos com suas estruturas médicas serão incorporados aos hospitais municipais.

Além dessa, há uma ação junto com a UniãoSP de doação de cestas básicas à população carente de São Paulo, como forma de ajudar no isolamento social. Até esta semana, mais de 6.000 cestas já haviam sido distribuídas. Iniciada dentro da associação, a solidariedade atingiu todo o mercado e empresas não associadas e pessoas físicas também fizeram contribuições.

Perguntado, Frederico falou sobre a inviabilidade de sucesso do atual desenho regulatório do comercializador varejista, no qual fica evidenciado o excessivo risco que corre esse agente, que arca com todo o risco de atendimento a consumidor inadimplente, o que foi bastante amplificado nesta crise.

Ao final, também se debateu o cenário de modernização do setor, que pode ser acelerado em decorrência da crise.



Abbraceel discute em live da Agenda Setorial o impacto da pandemia no setor

Matéria em 1 minuto:

- Estudo Abbraceel aponta prejuízo de R\$200mi/mês com flexibilização contratual durante pandemia;
- #SemCaronanoCorona;
- alerta ao velho setor elétrico: a nova dinâmica pós crise vai exigir redução de custos e eficiência de todos os atores.



Tempo de leitura:
4 minutos

Em **07.05**, Reginaldo Medeiros foi convidado da live da agenda setorial - edição especial 2020 - promovida pelo Canal Energia, cujo tema foi “O impacto do Covid-19 no setor e as sugestões dos agentes para mitigação dos impactos”.



Também participaram representantes de associações setoriais, Élbria Gannoum, da Abeólica, Mário Menel, da Abiape, Marcos Madureira, da Abradee, Felipe Soares, da Abrace, além do moderador Luiz Barroso, da PSR. O encontro teve início com apresentação do moderador, Luiz Barroso, que mostrou os impactos da covid-19 no Brasil e exterior e apresentou o estudo feito pela PSR que foi contratado pelas associações Abbraceel, Apine, Abiape, Abradee, Abragel e Abrace.

Nas suas falas, Reginaldo manifestou-se afirmando que se não se resolvermos o problema estrutural crônico do modelo comercial do setor, que ora deixa as distribuidoras subcontratadas e ora sobrecontratadas, e abrirmos definitivamente o mercado elétrico brasileiro, dando acesso à comercialização competitiva de energia a todos os consumidores, certamente a nova e excepcional crise do setor elétrico (que ninguém sabe quando nem qual será) terá como problema central ou a sobre ou a subcontratação das distribuidoras. Recordou que os segmentos e empresas do setor elétrico que foram mais afetadas pela crise atual da Covid-19 foram exatamente aquelas que mais lutaram para não mudar nada no setor elétrico nos cinco últimos anos. Os argumentos principais alegados para o não apoio às mudanças foram a prudência na reforma e a necessidade de resolver outros problemas por eles considerados prioritários.



Como pontos mais importantes, Reginaldo elencou:

– PLD está no mínimo e preço dos contratos está em baixa;

– o mercado livre (ML) está sangrando: todas as flexibilidades contratuais exercidas ao mesmo tempo, o que significa R\$ 220 milhões/mies de prejuízo. Para o consumidor, soluções simples como equacionar o GSF ajudam muito, pois nem a receita da energia não consumida precificada ao PLD mínimo os consumidores estão recebendo, devido ao mercado paralisado pelas liminares preferenciais do GSF;

– ML segue firme na sua defesa intransigente de respeito aos contratos com os seus pilares: (a) livre arbítrio das partes na contratação de preços e quantidades e condições de resolução de conflitos definidos na convenção de comercialização na CCEE e cláusulas de arbitragens dos próprios contratos; (b) tentativa de força maior ampla, geral e irrestrita aventada no início da pandemia parece superada – tribunais têm dado liminares a alguns consumidores, mas têm negado muitas e (c) negociação nos casos em que realmente o consumidor precisa e (d) máxima #semcaronacorona parece que pegou: não venha querer se livrar de um contrato só porque agora o preço da energia despencou.

– Dificuldades nas migrações em curso: distribuidoras aumentaram as dificuldades operacionais para fazer a migração (desejam não fazer a migração), e também de exigências burocráticas, como exigência de firma reconhecida, com cartório fechado.

– Cenário bastante promissor para o ML: energia barata como fator essencial na forte migração. Três pontos de atenção: (a) novos migrantes levam a “matula” do boleto Conta Covid na migração – necessidade de respeito aos processos em curso de migração; (b) somos contra consumidores livres, nova GD e autoprodução pagarem a Conta Covid e (c) é preciso condicionar a solução da crise ao fim definitivo da crise de sobre/subcontratação.

– Projetos para o ML: dependendo dos desdobramentos da economia – quando haverá crescimento? ML pode ser a nova dinâmica de expansão da oferta de geração no Brasil. Leilões na forma anterior pra o mercado regulado na minha visão “morreram”. Não há mais condições objetivas de ter continuidade, pois faltam mercado regulado, financiamento camarada e credibilidade (quem vai querer um contrato de energia de 30 anos indexado à inflação quando ao primeiro suspiro os compradores negam a sua existência?)

– Pontos de atenção no Congresso Nacional: (a) GSF; (b) MP 950 e suas 180 emendas, sendo quase todas para ampliar os benefícios aos consumidores cativos para superar a crise sem especificar de onde vem os recursos. Decreto de regulamentação: antes ou depois da aprovação da MP e (c) PLS 232 e reformas. Votação pode ser próxima semana. Relator no Senado: senador Marcos Rogério.

Relator na Câmara: deputado Léo Moraes

– Alerta ao velho setor elétrico: a nova dinâmica pós crise vai exigir redução de custos e eficiência de todos os atores. As organizações privadas (ex: 30 associações defendendo interesses conflitantes para jogar o custo no consumidor) e públicas (ONS, CCEE e EPE com duplicidade de funções) terão que encolher! Substituição no jogo do mercado elétrico brasileiro: entra consumidor sai o setor!



Abraceel e Aneel participam de webinar da OAB/SP

Matéria em 1 minuto:

- Efrain destaca as discussões em curso para aprimorar a segurança do mercado e a importância do diálogo com a Abraceel para construir as soluções;
- Alexandre destaca as ações da Abraceel sobre o tema, com destaque para o Manual de Boas Práticas lançado com a Dcide;
- respeito aos contratos e solução para o GSF também foram temas defendidos pelos participantes.



Tempo de leitura:
2 minutos

O vice-presidente da Abraceel Alexandre Lopes participou, em **06.05**, do webinar “Efeitos da crise no setor elétrico: Regulação, Agentes e Mercado”, realizado pela Comissão de Direito da Energia da OAB de São Paulo. Participaram do evento o diretor da Aneel Efrain Cruz, Fabiano de Brito, sócio do Escritório Mattos Filho, e Maria João Rolim, presidente da Comissão.

Em sua palestra, Efrain Cruz discorreu sobre os impactos da crise e as ações do regulador para reduzir tais impactos, como a liberação de recursos dos fundos setoriais, a publicação da REN 878/19, que estabelece medidas a serem adotadas durante a pandemia, e a Nota Técnica com propostas para a liberação de recursos para o setor. O diretor da Aneel também destacou as discussões em curso para aprimorar a segurança do mercado e a importância do diálogo com a Abraceel e o mercado para construir as soluções.

Em seus comentários, Alexandre Lopes ressaltou a posição da Abraceel de respeito aos contratos no mercado livre e a necessidade de isonomia entre ACL e ACR no repasse dos custos da Conta Covid, posições também defendidas pelos demais participantes, e a importância da solução do passivo do GSF para liberar os cerca de R\$ 8,2 bilhões de créditos dos agentes que estão retidos na CCEE.





Ministro de Minas e Energia afirma que se PLS 232 estivesse em vigor estaríamos em melhores condições

Matéria em 1 minuto:

- Bento Albuquerque apontou redução do consumo de energia de 20% e inadimplência do setor em 12%;
- também afirmou que, se o PLS 232 estivesse aprovado, o setor não estaria sofrendo tanto com a crise;
- MME está focado na aprovação do PL do GSF.



Tempo de leitura:
2 minutos

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participou de live com ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) no dia 05.05. O ministro iniciou seu discurso afirmando que a única certeza desta crise é a imprevisibilidade, mas que o MME está agindo em perfeita coordenação com o governo federal e se organizou desde o início em comitês setoriais para cada um dos setores vinculados ao ministério, de modo a buscar minimizá-la. Ressaltou que já foram realizadas 44 reuniões no comitê setorial de energia elétrica e mais de 30 reuniões no comitê de óleo e gás.

Em relação aos números da pandemia no setor elétrico, enfatizou a redução do consumo de energia elétrica de 20%, sendo o Sul a região com maior queda, 23%, e a inadimplência do setor que estava girando em torno de 3% e agora está em 12%. Demonstrou preocupação com a questão da sobrecontratação das distribuidoras, que pode chegar em até 40% no Nordeste. Entretanto, afirmou que o ministério tem trabalhado incansavelmente para solucionar esses problemas e que atitudes já foram tomadas para minimizá-los, como a suspensão do corte de energia, envio da MP 950 para o Congresso, adiamento dos leilões de energia e estudo que está sendo realizado para utilização de recursos de fundos para não onerar ainda mais o setor. Na área de petróleo e gás reforçou o adiamento dos leilões e colocou como horizonte a realização dos leilões da cessão onerosa para junho de 2021.

Sobre a reforma do setor elétrico, afirmou que a aprovação do PLS 232/2016 é essencial para que o setor se torne mais eficiente e equilibrado, pois esse equaciona problemas que trarão muito mais clareza, racionalidade e previsibilidade ao futuro. Reforçou também que estaríamos em condições muito melhores se o PLS 232/2016 estivesse em vigor.

Sobre o GSF, afirmou que tem trabalhado em conjunto com o Congresso Nacional para votação do PL 3975/2019 ainda no cenário de pandemia, a fim de destravar o mercado de curto prazo e melhorar a liquidez do mercado. Em relação à sobrecontratação das distribuidoras, disse que o caso está sendo estudado pelo Ministério, para que aconteça de forma racional e com a participação de todos os agentes.

Finalizando a live, o ministro disse estar bastante otimista com as reformas setoriais, visto que o Congresso está muito sensível às mudanças que estão ocorrendo e tem sido constantemente procurando pelas lideranças políticas para equacionar os problemas do setor.



Megawhat promove webinar para discutir as oportunidades de aperfeiçoamento do setor elétrico

Matéria em 1 minuto:

- consumidores cativos arcam com as ineficiências do setor;
- debatedores concordam que, se o PLS 232 tivesse aprovado, os impactos da crise seriam minimizados;
- distribuidoras defendem que Conta-Covid é para garantir o fluxo financeiro do setor e não para ajudar o segmento.



Tempo de leitura:

2 minutos

A MegaWhat promoveu webinar com Eduardo Sattamini, presidente da Engie Brasil Energia, Rui Chammas, presidente da ISA Cteep, Christopher Vlavianos, presidente da Comerc, Elena Landau, sócia do escritório Sergio Bermudes Advogados, e Angela Gomes, superintendente de regulação da Light. Na ocasião, discutiram as oportunidades de aperfeiçoamento do setor elétrico.

Foi destacada a importância da modernização setorial, prevista no PLS 232, em especial no que tange à revisão dos subsídios, fundos setoriais e encargos. Landau criticou a falta de diretriz e orientação governamental para solucionar a crise. Disse que a MP 950 não é suficiente para resolver os problemas do setor, cujas ineficiências são arcadas pelos consumidores cativos. O respeito aos contratos também foi a tônica do debate, embora Landau tenha defendido que a pandemia é um cenário excepcional e alguma revisão nesse sentido não seria enquadrada como quebra contratual. Christopher destacou a importância de evitar o litígio, dadas as inseguranças resultantes desse processo, conforme aponta o parecer do nosso Consultor Jurídico, Julião Coelho.

Angela Gomes frisou que a Conta Covid não está sendo elaborada para as distribuidoras, mas para garantir o fluxo financeiro do setor. Falou, também, sobre a importância de aprovar um novo modelo setorial, defendendo que, em um cenário que já existisse a separação entre lastro e energia, além das atividades de fio e energia das distribuidoras, o problema atual estaria minimizado. Em um mercado mais aberto, haveria espaço para mais negociação bilateral, enquanto o cenário atual deixa os agentes de mãos atadas esperando uma diretriz de governo.

A íntegra da live está disponível no link: <https://megawhat.energy/news/92655/megawebinar-pos-covid-19-um-debate-teorico-sobre-oportunidades-de-aperfeicoamento-do-setor-eletrico>



CURTAS

Mercado Livre de Gás no Amazonas

No dia 30.04, o Tribunal de Contas do estado do Amazonas abriu Consulta Pública acerca do Projeto de Lei nº 153/2020, que trata da abertura do mercado de gás natural no estado. A Abraceel enviou sua contribuição ao TCE/AM, em linha com a discussão realizada com os associados no dia 29.04, na videoconferência do Grupo Técnico da Abraceel, apoiando a sanção do PL. Porém, no dia 04.05, o Governador do Amazonas, Wilson Lima, vetou o PL nº 153/20, alegando que sua elaboração e aprovação foram inconstitucionais, uma vez que o estado e as demais empresas atingidas pelo projeto não foram consultadas. Apesar da decisão, o Governador disse reconhecer a relevância e magnitude do tema, já que o setor de gás natural é o principal vetor de desenvolvimento econômico energético no estado. Com isso, por meio do Decreto nº 42.248, publicado no mesmo dia do veto, o Governador instituiu a Comissão Especial de Estudos, visando à revisão da legislação e da política estadual de energia e gás. A Comissão, após realizar audiência pública, ficará responsável por elaborar o Projeto de Lei a ser encaminhado à deliberação da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). No dia 06.05, contudo, o TCE/AM, irrisignado, indicou à ALEAM a derrubada de veto do

governador, por entender que a consulta pública promovida pelo Tribunal permitiu a ciência e participação do Governo e empresas, e solicitou urgência na sua deliberação em razão da relevância do PL 153/20 para o estado. **A íntegra da Contribuição enviada ao TCE/AM está disponível no site da Abraceel, em “Contribuições e Notas Técnicas”.**

Sefaz-CE: Mandado de Segurança extinto

O mandado de segurança impetrado contra a Sefaz-Ceará foi extinto sem julgamento do mérito, por não haver, segundo o Desembargador responsável, prova da cobrança retroativa do ICMS-ST do mês seguinte ao consumo. Se algum associado foi autuado ou notificado após o Decreto nº 32.904, de 20 de dezembro de 2018, favor enviar os documentos para gt@abraceel.com.br, pois servem de prova para o caso. Àqueles que foram autuados anteriormente, solicitamos informar a situação dos processos, se houve alguma decisão ou comunicação por parte da Sefaz. A Abraceel apresentará embargos para demonstrar que houve aplicação retroativa e solicitar que a questão seja analisada por outros desembargadores. **A decisão do desembargador está disponível na área restrita do associado, seção Documentos Gerais.**

CMSE avalia impactos da pandemia no Setor Elétrico

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) se reuniu no dia **06.05**



para avaliar as condições de atendimento no atual cenário de enfrentamento da pandemia da Covid-19 no País. Na reunião, foi destacado que os reservatórios da região Sul permanecem com baixos valores de armazenamento, em função da escassez de chuvas, e sem perspectiva de reversão. Logo, o Comitê determinou que o atendimento da região deve continuar a se dar com a adoção, se necessário, de medidas excepcionais para garantia do suprimento. As condições de atendimento ao local continuarão a ser reavaliadas periodicamente, de forma a identificar a permanência da vigência das deliberações relativas às medidas excepcionais. Para mais informações, acesse o site do MME.

CP Aneel nº 13 – Acesso à Conexão

A Aneel prorrogou até o dia **10.06** o prazo para envio de contribuições à CP nº 13/20, que debate o aprimoramento da proposta de consolidação e aperfeiçoamento das regras que estabelecem a classificação das instalações, as condições de acesso e conexão ao sistema de transmissão. A Abraceel enviou a minuta de contribuição ao Grupo Técnico e receberá sugestões até o dia **05.06**.

Pauta Aneel

Está na pauta da reunião de diretoria da Aneel da próxima terça-feira, às 9h, o tema “Impactos no início de execução dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST devido à pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19)”.



AGENDA SEMANAL

11.05 - segunda-feira: Diretoria Executiva se reúne com o secretário de energia elétrica, Rodrigo Limp, para apresentação do estudo realizado pela PSR, às 10h, via plataforma online Zoom.

13.05 - quarta-feira: Reunião do Conselho de Administração da Abraceel, via Zoom, aberta à participação das associadas, às 11h. A pauta e os dados de acesso à reunião foram enviados por e-mail aos representantes das empresas.